



## PREGÃO ELETRÔNICO nº 012/12

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

Processo TRT6 nº 025/2012

<b>SETOR</b>	COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – SLC / SA
<b>BASE LEGAL</b>	Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Lei Complementar nº 123/06 e Decretos nºs 6.204/07, 5.450/05 e 3.931/01.
<b>TIPO</b>	<b>MENOR PREÇO.</b>
<b>OBJETO</b>	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO de grades de ferro fixa de proteção para portas e janelas, bem como gradis e portões para o TRT – 6ª REGIÃO.
<b>ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DAS PROPOSTAS:</b> às 10 horas do dia 7 de MAIO de 2012.	
<b>INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:</b> dia 7 de MAIO de 2012 às 11 horas.	
<b>REFERÊNCIA DE TEMPO:</b> Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF	
<b>FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:</b> - <b>Site:</b> <a href="http://www.trt6.jus.br">www.trt6.jus.br</a> (links: Transparência – Contas Públicas – Licitações em andamento) - <b>E-mail:</b> <a href="mailto:cpl@trt6.jus.br">cpl@trt6.jus.br</a> - <b>Fones:</b> (81) 3225-3447 / 3225-3446 / FAX: (81) 3225-3448 - <b>Endereço:</b> Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região, Cais do Apolo nº 739, 3º andar, Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC, Bairro do Recife, Recife/PE, CEP:50.030-902	
<b>LOCAL:</b> <a href="http://www.trt6.jus.br">www.trt6.jus.br</a> – Licitações	

Acompanhe esta licitação e seus atos na internet pelo portal  
[www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

Retire o edital gratuitamente pelos portais  
[www.trt6.jus.br](http://www.trt6.jus.br) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**  
Coordenadoria de Licitações e Contratos / SLC  
Cais do Apolo nº 739 – 3º andar – Recife/PE – CEP 50.030-902  
Fones: (81) 3225-3447 / 3225-3441 – FAX: (81) 3225-3448

## **PREGÃO ELETRÔNICO TRT6 nº 12/12**

Processo nº 025/2012

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO, situado no endereço em epígrafe, por meio do Pregoeiro designado pela Portaria nº TRT-GP– 016/2012 de 22/03/2012, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará PREGÃO, por meio de sistema eletrônico, sob o regime de execução indireta, empreitada por preço global, do tipo **MENOR PREÇO**, regido pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei nº 8.666 /93, pela Lei Complementar nº 123/06, pelos Decretos nºs 5.450/2005 e 2.271/97 e pela Instrução Normativa MPOG 02/08 e consoante as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio dos membros da equipe de apoio, previamente credenciados no aplicativo “Licitações”, constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A. ([www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)), cujo monitoramento e inserção de dados gerados ou transferidos utilizam recursos de criptografia e autenticação que garantem condições de segurança em todas as etapas do certame.

Os participantes deste Pregão terão como referencial de tempo obrigatoriamente o horário de Brasília/DF.

### **1.0 – DO OBJETO**

**1.1** – O objeto da presente licitação consiste no registro de preços para fornecimento de grades de ferro fixa de proteção para portas e janelas, bem como gradis e portões, incluindo todos os acessórios necessários para a instalação e funcionamento, tais como: vidro, fechadura, ferrolhos e dobradiças nos imóveis deste Regional, conforme especificações constantes no Anexo I deste edital (Termo de Referência).

**1.1.1** – A sessão de abertura de propostas ocorrerá no **dia 7/05/2012 às 10 horas**, fixando-se, ainda, o **mesmo dia às 11 horas**, para a sessão de lances.

**1.1.2** – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data fixada no subitem anterior, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro, fixando outra data.

**1.2** – Os representantes das empresas licitantes, munidos da respectiva procuração ou documento que comprove a condição de representante legal, poderão vistoriar o local da prestação do serviço, a fim de conhecer os locais onde serão feitas as devidas instalações.

**1.2.1** – A vistoria poderá ser realizada nos dias úteis, no horário das 8 às 14 h, até 24 horas antes da data da sessão de abertura de propostas.

**1.2.2** – Fica a critério da empresa licitante vistoriar ou não as instalações do TRT-6ª Região. Eventuais diferenças nos quantitativos estimados verificadas durante a execução dos serviços (e que possam ocasionar acréscimo ao custo estabelecido na proposta) serão de exclusiva responsabilidade da empresa contratada, que a este título não terá direito a indenização do contratante.

**1.2.3** – Estão aptos a fornecer a certidão de vitória o Coord. de Engenharia de Manutenção ou o Diretor(a) de Secretaria da Vara do Trabalho dos respectivos polos.

**1.2.4** – Esclarecimentos técnicos acerca do Termo de Referência e seus anexos poderão ser obtidos na Coordenadoria de Engenharia de Manutenção (CEMA), localizado no Edifício Sede do TRT 6ª Região (Cais do Apolo, 739, térreo, bairro do Recife, nesta Cidade) ou pelos telefones (81) 3225-3449 ou 3225-3450.

**1.3** – Integram este edital os seguintes anexos:

1.3.1 Anexo I	Termo de Referência.
1.3.2 Anexo II	Exigências para Habilitação.
1.3.3 Anexo III	Modelo da Declaração do cumprimento ao inc. VII do Art. 4º da Lei 10.520/2002.
1.3.4 Anexo IV	Modelo da Declaração do cumprimento ao Art.27, inciso V da Lei 8.666/93.
1.3.5 Anexo V	Modelo de Proposta de Preços.
1.3.8 Anexo VI	Modelo de Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
1.3.9 Anexo VII	Modelo da Declaração de Vitória.
1.3.10 Anexo VIII	Minuta da Ata de Registro de Preços

## **2.0 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1** - Poderão participar deste Pregão quaisquer licitantes que:

**2.1.1** – exerçam atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

**2.1.2** – atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital;

**2.1.3** – comprovem possuir os documentos de habilitação exigidos no Anexo II deste Edital.

**2.2** - Não poderão participar deste Pregão empresas:

**2.2.1** – suspensas de participar de licitação realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região;

**2.2.2** – declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

**2.2.3** – estrangeiras que não funcionem no país;

**2.2.4** – que tenham funcionário ou membro da Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico;

**2.2.5** – concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou em liquidação ou em recuperação judicial;

**2.2.6** – que possuam em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (Inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal);

**2.2.7** – Em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

**2.2.8** – Cooperativas de mão-de-obra, conforme termo de conciliação judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União.

## **3.0 – DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS**

**3.1** – Observado o prazo legal de 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, o fornecedor poderá solicitar esclarecimentos exclusivamente por meio eletrônico, via internet, formalização de consulta por e-mail: [cpl@trt6.jus.br](mailto:cpl@trt6.jus.br), fazendo constar o número deste Pregão Eletrônico - **Pr-e nº 012/12**.

## **4.0 – DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

**4.1** – O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

**4.1.1** – coordenar o processo licitatório;

**4.1.2** – receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

**4.1.3** – conduzir a sessão pública na internet;

**4.1.4** – verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

**4.1.5** – dirigir a etapa de lances;

**4.1.6** – verificar e julgar as condições de habilitação;

**4.1.7** – receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

**4.1.8** – indicar o vencedor do certame;

**4.1.9** – adjudicar o objeto quando não houver recurso;

**4.1.10** – conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

**4.1.11** – encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

## **5.0 – DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO “LICITACOES-e” DO BANCO DO BRASIL S.A.**

**5.1** – Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas através das Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

**5.1.1** – A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site ***www.licitacoes-e.com.br***, opção ***"Acesso Identificado"***.

**5.2** – A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificada.

**5.3** – As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no *licitações-e*.

**5.4** – Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**5.5** – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao TRT da 6ª Região ou ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**5.6** – O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**5.7** – É de inteira e exclusiva responsabilidade do pretenso licitante o acesso à senha, aos dados, à chave de identificação, bem como o envio das propostas até a data e horário limite para o acolhimento.

## **6.0 - DA PARTICIPAÇÃO**

**6.1** – A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subseqüente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), opção "Acesso Identificado", observando data e horário limite estabelecidos.

**6.2** – Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.3** – Caberá ao fornecedor toda diligência necessária no momento do cadastramento de sua proposta, sobretudo no tocante a antecedência necessária em relação à data prevista para abertura das propostas.

**6.3.1** – Caberá, ainda, ao licitante, em caso de intercorrências no sistema, direcionar sua ocorrência, em tempo hábil, ao suporte técnico do Banco do Brasil por meio dos telefones 3003-0500 (Capitais e Regiões Metropolitanas) e 08007290500 (Demais Regiões).

**6.3.2** – Não serão consideradas quaisquer reclamações posteriores, inclusive pedido de desistência de propostas, decorrentes da não observância do disposto nos subitens acima, sujeitando-se as penalidades previstas na legislação pertinente.

**6.4** – Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.4.1** – Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

## **7.0 – DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS DE PREÇOS**

**7.1** – O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas no edital e seus anexos e o fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**7.2** – Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, o licitante concorda especificamente que o produto ofertado atenderá a todas as especificações constantes do ANEXO I deste edital.

**7.2.1** – A quantidade mínima a ser cotada, por participante, corresponde a quantidade máxima a ser registrada, conforme Anexo I do edital.

**7.3** – A proposta cadastrada no campo próprio do sistema ([www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)) deverá conter:

**7.3.1** – Valor global do LOTE, expresso em moeda corrente nacional.

**7.3.1.1** – É facultada a inclusão de Anexo (arquivo) no campo próprio do sistema eletrônico para maiores informações acerca dos produtos cotados sendo vedada a identificação da licitante.

**7.3.1.1.1** – Qualquer elemento, tais como: número de telefone/fax, endereço de e-mail, número do CNPJ etc., que possa identificar o licitante importará a desclassificação da proposta.

**7.3.1.1.1.1** – A indicação da marca, modelo e/ou fabricante do material ofertado não será considerado como elemento de identificação da empresa participante na proposta eletrônica de preços.

**7.3.1.1.2** – O arquivo anexado deverá ser enviado no formato PDF ou desenvolvido na versão *office 2003*.

**7.3.1.1.2.1** – A não observância do disposto no subitem acima poderá acarretar a desconsideração deste anexo.

**7.3.2** – Considerar-se-ão inclusos no preço apresentado todos os tributos, fretes e encargos, enfim todas as despesas inerentes ao atendimento das condições contidas neste edital e na proposta.

**7.3.3** – Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data marcada para abertura do certame.

**7.3.4** – Prazo de execução de no máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da emissão da Ordem de Serviço pelo Gestor.

**7.3.5** – Prazo de garantia: conforme item 8.9 do Termo de Referência (Anexo I do edital).

**7.3.6** – A omissão do previsto no subitem 7.3.1 implicará a desclassificação da proposta, sempre que os dados informados não permitirem a aferição da compatibilidade da proposta com o objeto licitado.

**7.3.7** – A omissão dos prazos indicados nos subitens 7.3.3 a 7.3.5 não implicará a desclassificação da proposta, mas a aceitação tácita dos prazos referidos.

**7.4** – Após a abertura da sessão pública, a proposta apresentada não poderá sofrer quaisquer retificações (ressalvada a hipótese de alteração de preço resultante de lance).

**7.5** – A desclassificação de propostas será fundamentada e registrada no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.6** – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

## **8.0 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS**

**8.1** – A partir do horário previsto no edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, pelo site já indicado no subitem 6.1.

**8.2** – A presente licitação classifica-se pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atendidas as especificações constantes neste Pregão.

**8.3** – Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, sendo desclassificadas pelo Pregoeiro as que estiverem em desacordo.

**8.3.1** – Será desclassificada a proposta que:

**8.3.1.1** – apresentar defeito capaz de dificultar o julgamento;

**8.3.1.2** – contrariar disposição constante deste Edital ou das normas legais previstas no preâmbulo deste edital;

**8.3.1.3** – prever majoração do preço cotado em razão de expectativa inflacionária ou variação cambial;

**8.3.1.4** – apresentar uma segunda opção ou custo adicional;

**8.3.1.5** – houver identificação do licitante;

**8.3.1.6** – for reprovada pela análise fundamentada da Coordenadoria de Engenharia de Manutenção deste TRT.

**8.4** – Após a fase de classificação não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo Pregoeiro.

**8.5** – Não havendo lances ou em qualquer outra situação, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado pela Administração para a contratação.

## **9.0 – DOS LANCES**

**9.1** – No horário previsto no edital, terá início a sessão de disputa de preços entre os licitantes classificados pelo Pregoeiro.

**9.1.1** – Os lances deverão ser oferecidos pelo **VALOR GLOBAL DO LOTE**.

**9.2** – Os licitantes classificados deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**9.2.1** – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

**9.2.2** – O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**9.2.3** – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**9.2.4** – Caberá ao licitante toda diligência no momento do oferecimento do seu lance.

**9.2.4.1** – Não serão consideradas quaisquer reclamações posteriores decorrentes da inobservância do disposto no subitem acima.

**9.3** – Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

**9.4** – O tempo normal da etapa de lances será encerrado, a critério do Pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 (trinta) minutos aleatoriamente, findo o qual estará encerrada definitivamente a recepção de lances.

**9.5** – Após a fase de lances, o procedimento de “empate” será detectado automaticamente pelo sistema. Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

**9.5.1** - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

**9.5.2** - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 9.5, a seguir, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**9.5.3** - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no limite estabelecido no subitem 9.5, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

**9.5.4** – O licitante enquadrado nos termos do subitem 9.5 deverá remeter a declaração constante no Anexo VIII do edital da mesma forma e no mesmo prazo do subitem 10.3 a seguir. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento do licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

**9.5.4.1** - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**9.6** – Finda a etapa de lances, será imediatamente informada a proposta de menor preço.

## **10.0 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**10.1** – O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de “MENOR PREÇO GLOBAL”, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

**10.1.1** – O limite de preços que serve de parâmetro para a aceitabilidade da (s) proposta (s) é parte integrante do termo de referência (anexo I deste edital).

**10.2** – Se a proposta ou lance de menor valor, não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade.

**10.2.1** – Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor para este TRT da 6ª Região.

**10.3** – Constatado o atendimento pleno da proposta de conformidade com os termos do edital, deverão ser remetidos, imediatamente, pelo licitante que ofertou o melhor lance, preferencialmente via correio eletrônico: [cpl@trt6.jus.br](mailto:cpl@trt6.jus.br) ou pelo FAX: (81) 3225-3448, com posterior encaminhamento dos originais ou cópias autenticadas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da sessão de disputa de preços, sob pena de desclassificação no certame:

**10.3.1** – Proposta adequada ao menor valor obtido na sessão virtual de lances.

**10.3.2** – Dados cadastrais bancários (código e nome do banco e da agência, cidade e unidade federativa, número da conta).

**10.3.2.1** – A conta indicada deve estar vinculada ao número de CNPJ constante dos documentos juntados aos autos por ocasião da habilitação.

**10.3.3** – Endereço e número(s) de telefone(s) e fac-símile do escritório.

**10.3.4** – Nome completo do representante para contato.

**10.3.5** – Dados do representante legal da empresa, a saber: nome completo, número do RG e identificação do órgão expedidor; número do CPF; endereço residencial.

## **11.0 – DA HABILITAÇÃO**

**11.1** – Encerrada a etapa de lances, examinada a aceitabilidade da melhor proposta, o Pregoeiro efetuará consultas ao Sistema de Cadastramento de Fornecedores (SICAF) para comprovar a regularidade da habilitação do licitante, ocasião em que será verificado o cumprimento das demais exigências para habilitação.

**11.1.1** – Para se habilitar ao certame, a empresa deverá apresentar documentos relativos à habilitação Jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômica e financeira, qualificação técnica (se exigível) e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, todos relacionados no ANEXO II deste edital.

**11.2** – Os documentos relativos aos requisitos de habilitação porventura não compreendidos no SICAF deverão ser remetidos imediatamente, preferencialmente, via correio eletrônico: [cpl@trt6.jus.br](mailto:cpl@trt6.jus.br) ou pelo Fax: 81-3225-3448, com o posterior encaminhamento do original, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da sessão de disputa de preços, sob pena de inabilitação.

**11.3** – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**11.4** – A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**11.5** – Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

**11.6** – Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor e, não havendo manifestação da intenção de recorrer, ser-lhe-á adjudicado o respectivo objeto.

**11.7** – Se o adjudicatário não apresentar situação regular no ato do recebimento da Nota de Empenho estará sujeito às penalidades previstas no item 21.0. Neste caso, o Pregoeiro ainda examinará a oferta subsequente e a habilitação do respectivo proponente, sucessivamente, observada a ordem de classificação, até encontrar uma que atenda ao edital de licitação, quando procederá às negociações para redução do preço ofertado.

## **12.0 – DA HOMOLOGAÇÃO**

**12.1** – Não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor, submetendo-o à homologação.

**12.2** – Caso contrário, decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Presidência do Tribunal adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

## **13.0 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1** – Após homologado o resultado desta licitação, o TRT da 6ª Região convocará o proponente vencedor para a assinatura da ata de registro de preços (Anexo X).

**13.2** – Após convocação, a ata deverá ser devolvida, devidamente assinada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, prorrogável uma única vez, a critério do TRT da 6ª Região, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 28 do Decreto nº 5.450/05 e das penalidades contidas no item 21.0 deste edital.

**13.3** – Ao assinar a ata de registro de preços, a empresa beneficiária obriga-se, mediante recebimento de nota de empenho, a fornecer os bens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

**13.4** – A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

**13.5** – Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**13.5.1** – Caberá ao fornecedor, beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**13.5.2** – As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na ata de registro de preços.

**13.6** – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**13.7** – Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços ou a contratar com a Administração quando da efetiva aquisição e, conseqüentemente, não cumprir as obrigações contraídas, serão convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme previsto neste edital.

**13.8** – Na convocação dos licitantes remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do pregão, devendo o convocado apresentar os documentos de habilitação cujas validades tenham-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira sessão.

**13.9** – Os licitantes remanescentes se obrigam a atender a convocação e a assinar a ata de registro de preços, no prazo fixado pelo TRT da 6ª Região, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas.

#### **14.0 – DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**14.1** – A ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

**14.1.1** – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao TRT – 6ª Região (órgão gerenciador) promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

**14.1.2** – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o TRT – 6ª Região (órgão gerenciador) deverá:

**14.1.2.1** – Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado. Sendo frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

**14.1.2.2** – Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**14.1.3** – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o TRT da 6ª Região (órgão gerenciador) poderá:

**14.1.3.1** – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

**14.1.3.2** – Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**14.1.4** – Não havendo êxito nas negociações, o TRT da 6ª Região (órgão gerenciador) deverá proceder à revogação da ata de registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **15.0 – DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1** - O prazo de vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da ata.

#### **16.0 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**16.1** – O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

**16.1.1** – descumprir as condições da ata de registro de preços;

**16.1.2** – não retirar a respectiva ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**16.1.3** – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

**16.1.4** – tiver presentes razões de interesse público.

**16.2** – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado, por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

**16.3** – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

#### **17.0 – DA CONTRATAÇÃO**

**17.1** – Será contratada a empresa classificada cuja proposta tenha sido homologada pela Administração.

**17.2** – O gestor do contrato para acompanhar sua execução será o Diretor do Serviço de Engenharia de Manutenção deste Tribunal, a quem compete o acompanhamento operacional dos serviços, e, nas suas ausências legais e regulamentares, o seu substituto legal, cabendo-lhe as atribuições e responsabilidades previstas no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

**17.3** – É vedada a subcontratação para a execução do objeto desta licitação.

## **18.0 – DO PAGAMENTO**

**18.1** – O pagamento será efetuado pela Secretaria de Orçamento e Finanças do TRT à empresa contratada, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da nota fiscal devidamente atestada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras.

**18.2** – O pagamento será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**18.2.1** – O gestor do contrato atestará a nota fiscal em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de entrega, com ou sem ressalva.

**18.2.2** – No caso da nota fiscal ser atestada com ressalva de que ocorreu fato passível de aplicação de penalidade contratual, a CONTRATADA, após a ciência do fato, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para sanar o ocorrido, devendo o gestor, decorrido este período, encaminhar o processo à Administração para as medidas cabíveis.

**18.2.2.3** – Será exigida a manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação, ou a comprovação do cumprimento destas.

**18.3** – Caso o contratante ultrapasse o prazo estipulado para pagamento, e desde que tenha dado causa ao atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida por este Tribunal, entre o prazo acima referido e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**18.4** – A compensação financeira prevista neste subitem será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.

## **19.0 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**19.1** – As despesas correspondentes ao objeto desta licitação têm por classificação: elemento de despesa 3390.30.24 – Material para Manutenção de Bens Imóveis; do Programa de Trabalho 02.061.0571.4256.0001 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.

## **20.0 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS**

**20.1** – Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do Pregão eletrônico.

**20.2** – Após a declaração do vencedor, no momento imediatamente seguinte à sessão de lances, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos durante o qual qualquer licitante inconformado com a decisão do pregoeiro deverá registrar, de imediato, em campo próprio do sistema, os motivos de sua intenção de recorrer, sob pena de decadência, sendo-lhe, então, concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do

recurso. Os interessados ficam, desde logo, intimados para apresentarem contrarrazões em igual prazo, contados do término do prazo do recorrente.

**20.2.1** – Na impossibilidade de conclusão do certame nos termos do subitem anterior, o Pregoeiro concederá posteriormente, quando da declaração de vencedor, prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, para o registro em campo próprio do sistema dos motivos da intenção de recurso, procedendo-se a partir de então conforme disposição do subitem 20.2 deste edital.

**20.3** – Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

**20.4** – As razões e as contrarrazões de recurso, bem como, impugnação do edital, deverão ser dirigidas ao Pregoeiro no endereço da sede do Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região, localizado no Cais do Apolo, 739, 3º andar, Bairro do Recife, Recife/PE, em dias úteis, no horário das 08 às 17 horas, o qual deverá receber; examinar; decidir e, conforme o caso submetê-las à autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

## **21.0 – DAS PENALIDADES**

**21.1** – O licitante vencedor que descumprir as condições do presente Pregão ficará sujeito às penalidades previstas na legislação, aplicáveis na forma constante deste edital.

**21.2** – A multa por inexecução total do contrato será de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado.

**21.3** – Em se tratando de inexecução parcial do contrato, observar-se á:

**21.3.1** – Quando do inadimplemento parcial da obrigação principal, a multa aplicada será de 10% (dez por cento), de forma proporcional à parte inexecutada.

**21.3.2** – Quando se tratar de atraso na execução do contrato, na entrega de documentos solicitados pelo CONTRATANTE ou qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, a multa aplicada será de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia sobre o valor total do contrato até o cumprimento da obrigação principal, a entrega da documentação exigida ou o restabelecimento das condições contratuais, respeitado o limite de 5% (cinco por cento) desse valor e aplicando-se também o disposto no subitem 21.3.1, caso o inadimplemento contratual persista em relação ao mesmo fato.

**21.4** – O valor da multa deverá ser recolhido diretamente à União e apresentado comprovante ao Setor Financeiro da Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação; ou pode ser abatido do pagamento a que a empresa Contratada fizer jus ou será cobrada judicialmente, nos termos do § 1º do art. 87 da Lei 8.666/93.

**21.5** – A aplicação da multa a que se referem os itens 21.2 e 21.3 deste edital não exclui a possibilidade de a Administração rescindir o contrato ou aplicar a suspensão do direito de licitar com a União por um período de até cinco anos; sem prejuízo das demais cominações previstas no Decreto nº 5.450/05 e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93.

## **22.0 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**22.1** – O sistema eletrônico produzirá ata circunstanciada da sessão pública, após o encerramento do certame, a qual ficará acessível no portal [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

**22.2** – É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta/documentação.

**22.3** – Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o TRT – 6ª Região não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**22.4** – O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver

apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a anulação da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**22.5** – Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes neste Regional.

**22.6** – Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

**22.7** – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**22.8** – As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**22.9** – Em caso de divergência entre os anexos e o Edital, prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

**22.10** – O edital encontra-se disponível nos portais eletrônicos [www.trt6.jus.br](http://www.trt6.jus.br) ou [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), bem como poderá ser retirado na Coordenadoria de Licitações e Contratos, situada no Cais do Apolo, 739, 3º andar, Bairro do Recife, no horário das 8 às 17 horas.

**22.11** – Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes da legislação citada neste edital.

**22.12** – Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Recife, Secção Judiciária de Pernambuco para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital.

Recife, 20 de abril de 2012.

CARLOS EDUARDO DE ALBUQUERQUE MELLO  
Pregoeiro – Portaria TRT-GP nº 016/2012

# ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA

**PROCESSO n°025 /2012**  
**PREGÃO ELETRÔNICO n°012/12**

### 1.0 – OBJETO

1.1 – Registro de Preços para confecção de esquadrias metálicas objetivando o fornecimento e instalação de grades de ferro fixa de proteção para portas e janelas, bem como gradis e portões, incluindo todos os acessórios necessários para a instalação e funcionamento, tais como: vidro, fechadura, ferrolhos e dobradiças nos imóveis deste Regional, objetivando futura aquisição.

### 2.0– ESTIMATIVA DE CUSTO/ESPECIFICAÇÃO SERVIÇO

LOTE ÚNICO					
Item	Descrição	Local de instalação	Quantidade Registrada	Preço Unitário	Preço Total
1	Gradis e portões de ferro em barra chata de ferro de 1 e 1/4" x 1/4", com espaçamento entre as barras de 12 cm. Montante de ferro de seção quadrada constituído de 2 perfis de 2" com sua borda superior tampada, instalados nos gradis a cada 2 metros, e contraventamento em perfil "L" de 1 e 1/4" por 1 e 1/4", suficiente para estabilidade do conjunto.	GRUPO A	100 m <sup>2</sup>	270,88	27.088,00
		GRUPO B	100 m <sup>2</sup>	480,00	48.000,00
		GRUPO C	80 m <sup>2</sup>	584,75	46.780,00
2	Portões com fechaduras de sobrepor na cor preta, padrão semelhante ao da BRASIL, com fechamento do cilindro em chapa de ferro. As dobradiças serão do tipo tarugo de 3/4", sendo 03 unidades por cada folha de porta.	GRUPO A	100 m <sup>2</sup>	303,38	30.338,00
		GRUPO B	100 m <sup>2</sup>	537,50	53.750,00
		GRUPO C	80 m <sup>2</sup>	622,25	49.780,00
3	Grades de proteção para portas e janelas em ferro de 1 e 1/4" x 1/8" em módulo de 15 x 15 cm, formando quadrados.	GRUPO A	150 m <sup>2</sup>	272,50	40.875,00
		GRUPO B	150 m <sup>2</sup>	523,50	78.525,00
		GRUPO C	100 m <sup>2</sup>	632,00	63.200,00
4	Barras de seções circular 1/2" dispostas verticalmente a cada 12 cm intermediadas com barras chatas de ferro de 1 x 1/4"	GRUPO A	80 m <sup>2</sup>	245,88	19.670,40
		GRUPO B	80 m <sup>2</sup>	393,00	31.440,00
		GRUPO C	80 m <sup>2</sup>	584,75	46.780,00
5	Protetores para condensadores de ar condicionado, constituídos de chapa de ferro de 1/8" com cantoneiras de 3/4" x 1/2" nas extremidades e telas galvanizadas nas laterais com arame 12 AWG e malha de 3/4".	GRUPO A	50 m <sup>2</sup>	242,50	12.125,00
		GRUPO B	60 m <sup>2</sup>	375,00	22.500,00
		GRUPO C	40 m <sup>2</sup>	588,68	23.547,20
<b>TOTAL.....</b>					<b>R\$ 594.398,60</b>

### 3.0 – JUSTIFICATIVA

A presente contratação se justifica pela necessidade deste item para a segurança e funcionamento dos imóveis onde estão instaladas as unidades do TRT e a inexistência de recursos materiais e humanos no quadro funcional do órgão para a execução direta dessa tarefa.

Como benefícios diretos se pretende obter a perfeita condição de uso, salubridade, conforto e principalmente segurança dos ambientes deste Regional. Esses benefícios refletirão no bem-estar dos usuários e servidores,

contribuindo para uma melhor prestação do serviço jurisdicional da instituição. Tal projeto busca contratação de um material de boa qualidade e padronização do patrimônio do judiciário trabalhista em Pernambuco.

As esquadrias metálicas representam uma necessidade de contratações freqüentes de acordo com o desgaste decorrente das intempéries ou mesmo fatos imprevisíveis que obriguem a substituição ou mesmo sua implantação visando a salubridade e a segurança do erário e dos jurisdicionados. Pela abrangência imobiliária do Regional, a contratação se dará em forma parcelada de acordo com a necessidade de cada imóvel, não sendo possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Sendo assim, o registro de preço é a forma que mais se adequa a presente contratação, trazendo mais economia e agilidade no fornecimento do presente objeto.

#### **4.0 – ANEXOS**

##### 4.1 – ANEXO I: DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO

##### 4.2 – ANEXO II: LOCAIS DE INSTALAÇÃO

#### **5.0 – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1 - PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - O prazo para execução será de 15 (quinze) dias a partir da emissão da Ordem de Serviço pelo Gestor do contrato do contratante. Em caso de insuficiente para execução total dos serviços, a contratada deverá solicitar formalmente a prorrogação de prazo para que seja analisado pela administração do Tribunal.

5.1.2 - Em caso de descumprimento do prazo de execução, o Gestor informará a administração que instaurará os Procedimentos Administrativos com vistas à aplicação das sanções imposta por lei.

5.2 - HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - Todos os serviços de instalação serão executados fora do horário de expediente, ficando estabelecido que o início diário dos trabalhos será a partir das 15:00h, de segunda a sexta, exceto aqueles a serem executados na parte externa do prédio e não apresente ruído excessivo que possa a prejudicar o andamento dos trabalhos desenvolvidos nas Unidades, entretanto, caso haja necessidade o responsável pela Unidade poderá autorizar a execução dos serviços dentro do horário de expediente.

5.3 - ENTREGA DOS SERVIÇOS - Ao considerar concluídos os serviços, os locais deverão estar completamente limpos, com reboco e pintura recuperados sem manchas de quaisquer tipos. A fiscalização providenciará o recebimento provisório, tudo em conformidade com a Lei pertinente.

#### **6.0 – FISCALIZAÇÃO**

6.1 - O Contratante exercerá a fiscalização, desde o início dos serviços até o seu recebimento definitivo, a seu critério exclusivo, através de profissionais qualificados integrantes do Serviço de Engenharia de Manutenção, devidamente habilitados ao acompanhamento técnico e controle dos trabalhos.

6.2 - Paralisar e/ou solicitar a correção de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com o planejamento, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;

6.3 - Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços objeto do contrato;

6.4 - Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;

6.5 - Verificar e aprovar eventuais acréscimos de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato, mediante prévia análise e aferição por profissional do Tribunal com a compatível atribuição técnica;

#### **7.0 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1 - Permitir o acesso dos funcionários nos locais de execução dos serviços em horários previamente combinados;

7.2 – Fiscalizar os serviços, fazer as devidas anotações e emitir relatórios;

7.3 – Fornecer pontos de força com capacidade suficiente para ligação de máquinas de esmerilhar e de soldar;

7.4 – Fornecer pontos de água para fazer massa para retoques necessários;

7.5 – Atestar Notas Fiscais com ou sem ressalva no prazo contratual;

7.6 – Emitir atestado de capacidade técnica sempre que solicitado pela contratada.

## **8.0 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 - Os serviços serão executados rigorosamente de acordo com as especificações técnicas, as disposições gerais e os demais elementos que integram o instrumento de licitação;

8.2 - Serão por conta da Contratada todos os materiais equipamentos indispensáveis à boa execução dos serviços, o transporte, e ainda, as obrigações sociais e da Legislação Trabalhista;

8.3 - As grades e portões deverão ser confeccionados pela contratada em oficina própria, exceto a instalação, ajustes e aqueles serviços que só podem ser executados no local da instalação;

8.4 - Todos os demais serviços decorrentes dos daqueles contratados ficarão por conta da contratada como: furação em parede, solda, serragem, pintura com anticorrosivo e com tinta no padrão do ambiente nas paredes, portas, janelas, portais, muros, calçadas e canteiros danificados em decorrência da instalação, ajustes e/ou quaisquer outros consertos relacionados com a instalação;

8.5 - No caso de portões e grades de proteção que seja necessário instalar fechadura a contratada deverá entregar cada fechadura com no mínimo 05 (cinco) cópias das chaves, incluindo-se aí as chaves originais;

8.6 - As especificações somente poderão ser modificadas com autorização da fiscalização;

8.7 - Qualquer serviço somente poderá ser considerado como extraordinário quando previamente autorizado por escrito pela fiscalização;

8.8 - A contratada ficará obrigada a empregar na execução dos serviços profissionais especializados;

8.9 - Garantir os serviços pelo prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, não podendo em hipótese alguma ser inferior a 90 (noventa) dias contra corrosão, defeitos de confecção e de instalação, devendo esta garantia cobrir também defeitos de fechaduras, dobradiças e ferrolhos em geral.

## **9.0 – SANÇÕES**

9.1 – Se o adjudicatário convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não apresentar situação regular no ato do recebimento da Nota de Empenho, estará sujeito às penalidades previstas no edital de licitação.

## **10.0 – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E DO ACEITE DOS SERVIÇOS**

10.1 - Para a avaliação e recebimento dos materiais deverão ser observadas as discriminação e quantificação dos mesmos, corretamente instalado, respeitando rigorosamente as planilhas de orçamento e obedecidas às condições estabelecidas no contrato.

## **11.0 – ENTREGA DO MATERIAL**

11.1 - Entregar o material de ferro pintado;

11.2 - As superfícies em ferro que receberão pintura deverão estar completamente limpas de toda ferrugem e resíduos;

11.3 - A limpeza poderá ser feita por meio de escova, palha de aço, ou lixamento e posteriormente deve-se retirar todo o pó;

11.4 - Após a limpeza deverão ser revestidas com “primer” anti-ferruginoso e pintadas à pistola em duas ou mais demãos quantas necessárias em esmalte sintético GRAFITE com padrão semelhante ao da CORAL DULUX, na cor cinza escuro, ou outra cor que o TRT determine;

11.5 - A pintura não poderá ter manchas ou outros defeitos que comprometam o bom acabamento;

11.6 - Toda e qualquer superfície a ser pintada deverá ser limpa, seca e livre de quaisquer contaminações, tais como graxas, óleos, poeiras, etc;

11.7 - As superfícies receberão antes das tintas de acabamento, uma demão de tinta de aparelho ou de fundo preparador de superfície apropriado às características da pintura de acabamento e do fundo.

## **12.0 – ORÇAMENTO**

12.1 – As despesas correspondentes ao objeto a ser licitado têm por classificação: Elemento 3390.30.24 – Material para Manutenção de Bens Imóveis e Programa de Trabalho: 02.061.0571.4256.0001 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, do orçamento deste TRT 6ª Região, nos termos do art. 14 da Lei nº 8.666/93.

## **ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1 – FORNECIMENTO DO OBJETO**

Confecção de esquadrias metálicas objetivando o fornecimento e instalação de grades de ferro fixa de proteção para portas e janelas, bem como gradis, portas e portões, incluindo todos os acessórios necessários para a instalação e funcionamento, tais como: vidro, fechadura, ferrolhos e dobradiças nos imóveis deste Regional, com aplicação de anti-corrosivo e pintura na cor definida pelo contratante.

A contratação se dará conforme demanda surgida no decorrer do contrato, nas unidades administrativas distribuídas no âmbito da jurisdição do TRT da 6ª Região e consoante pedido específico.

As informações técnicas de quantificações e especificações das esquadrias metálicas presentes nos anexos deste projeto básico estabelecem parâmetros para definir o procedimento de realização e de aceitabilidade do material e dos requisitos de desempenho dos componentes das edificações.

### **2 - FORMA, TIPO E REGIME DE EXECUÇÃO**

O serviço a ser adquirido pela Administração, por processo licitatório é objeto de forma indireta, tipo menor preço e regime de empreitada por preço global para os serviços de manutenção predial.

As edificações foram agrupadas pela proximidade e semelhança física das unidades, objetivando um melhor preço por área instalada devido a redução de custos operacionais e prazos de atendimento.

Nesse sentido as edificações foram agrupadas em 03 grupos: grupo A - Recife e Pólo 01, Grupo B - Pólos 02, 03 e 04 e Grupo C - Pólos 05, 06 e 07 (Lote 03) – ITEM 4, a serem contemplados por uma única empresa.

Na prática observa-se a necessidade de pequenas ações sistematicamente realizadas decorrentes do uso e intempérie que danificam os itens, sendo estas intervenções, geralmente, de pequeno vulto, mas imprescindíveis a segurança e salubridade do bem público, não apresentando viabilidade econômica a realização mediante contratações específicas.

Além disso, as contratações pontuais elevariam os custos finais das intervenções e prejudicariam gerenciamento e coordenação das ações técnicas a serem realizadas.

Este tema já foi apreciado e reconhecido pelo Tribunal de Contas da União, através do Acórdão nº 1946/2006, onde restou demonstrada a inviabilidade de fracionamento nas atividades relacionadas às manutenções prediais e os prejuízos decorrentes de tais fracionamentos.

### 3 - DEFINIÇÕES DO OBJETO E QUANTIFICAÇÃO PROVÁVEL

#### 3.1 – MODELOS DOS EQUIPAMENTOS DE FERRO

3.1.1 – Gradis e portões de ferro em barra chata de ferro de 1 e 1/4" x 1/4", com espaçamento entre as barras de 12 cm, com contraventamento em perfil "L" de 1 e 1/4" por 1 e 1/4", suficiente para estabilidade do conjunto.

3.1.2 – Grades de proteção para portas e janelas em ferro de 1 e 1/4" x 1/8" em módulo de 15 x 15 cm, formando quadrados.

3.1.3 – Barras de seções circular 1/2" dispostas verticalmente a cada 12 cm intermediadas com barras chatas de ferro de 1 x 1/4".

3.1.4 – Montante de ferro de seção quadrada constituído de 2 perfis de 2" com sua borda superior tampada.

3.1.5 - Protetores para condensadores de ar condicionado, constituídos de chapa de ferro de 1/8" com cantoneiras de 3/4" x 1/2" nas extremidades e telas galvanizadas nas laterais com arame 12 AWG e malha de 3/4".

#### 3.2 - DESCRIÇÃO DO MATERIAL E QUANTIDADE PREVISTA DE CONSUMO

Item	Descrição	Local de instalação	Quantidade Registrada
1	Gradis e portões de ferro em barra chata de ferro de 1 e 1/4" x 1/4", com espaçamento entre as barras de 12 cm. Montante de ferro de seção quadrada constituído de 2 perfis de 2" com sua borda superior tampada, instalados nos gradis a cada 2 metros, e contraventamento em perfil "L" de 1 e 1/4" por 1 e 1/4", suficiente para estabilidade do conjunto.	GRUPO A	100 m <sup>2</sup>
		GRUPO B	100 m <sup>2</sup>
		GRUPO C	80 m <sup>2</sup>
2	Portões com fechaduras de sobrepor na cor preta, padrão semelhante ao da BRASIL, com fechamento do cilindro em chapa de ferro. As dobradiças serão do tipo tarugo de 3/4", sendo 03 unidades por cada folha de porta.	GRUPO A	100 m <sup>2</sup>
		GRUPO B	100 m <sup>2</sup>
		GRUPO C	80 m <sup>2</sup>
3	Grades de proteção para portas e janelas em ferro de 1 e 1/4" x 1/8" em módulo de 15 x 15 cm, formando quadrados.	GRUPO A	150 m <sup>2</sup>
		GRUPO B	150 m <sup>2</sup>
		GRUPO C	100 m <sup>2</sup>
4	Barras de seções circular 1/2" dispostas verticalmente a cada 12 cm intermediadas com barras chatas de ferro de 1 x 1/4"	GRUPO A	80 m <sup>2</sup>
		GRUPO B	80 m <sup>2</sup>
		GRUPO C	80 m <sup>2</sup>
5	Protetores para condensadores de ar condicionado, constituídos de chapa de ferro de 1/8" com cantoneiras de 3/4" x 1/2" nas extremidades e telas galvanizadas nas laterais com arame 12 AWG e malha de 3/4".	GRUPO A	50 m <sup>2</sup>
		GRUPO B	60 m <sup>2</sup>
		GRUPO C	40 m <sup>2</sup>

### ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 - LOCAIS DE INSTALAÇÃO:

##### GRUPO A - PÓLOS RECIFE E 01

ITEM	EDIFÍCIO	ENDEREÇO
01	Edifício Sede e Anexos	Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife
02	Galpão de Material	Rua do Brum, 617 Bairro do Recife
03	Galpão Setor de Transporte	Rua do Brum, 107 Bairro do Recife
04	Unidade Biblioteca/EJ VI	Av. Beberibe, 301, Encruzilhada
05	Unidade Afogados	Rua Motocolombó, 310, Afogados
06	Memorial da Justiça do Trabalho	Av. Engº Domingos Ferreira, 3510, Boa Viagem

07	Edifício Sudene – <b>subsolo</b> (arquivo de processo, expedição de processos, depósito da manutenção), <b>térreo</b> (Depósito Judicial - anexo ao restaurante) <b>1º andar</b> (Serviço de Distribuição dos Feitos de Recife), <b>6º andar</b> (20ª, 21ª, 22ª e 23ª Varas, Salas de Advogados, da Astra e da Unimed), <b>7º andar</b> (16ª, 17ª, 18ª e 19ª Varas, Serviço de Saúde), <b>8º andar</b> (13ª, 14ª, 15ª Varas, Serviço de Distribuição de Mandados Judiciais), <b>9º andar</b> (9ª, 10ª, 11ª, 12ª Varas, Informática) <b>10º andar</b> (5ª, 6ª, 7ª e 8ª Varas, Salas da Segurança, da Manutenção e da CEF), <b>11º andar</b> (1ª 2ª, 3ª e 4ª Varas, Salas da Coordenação do Fórum e dos Juízes), assim como circulações, depósito, copa, WC's e espera dos referidos andares	Praça Ministro Gonçalves de Souza S/N – Engenho do Meio, - Edifício Sudene.
08	Fórum Trabalhista do Cabo de Santo Agostinho	Av. Presidente Getúlio Vargas, 576, Centro, Cabo
09	Vara do Trabalho de Escada	Rua Pedro Batista, S/N, Escada
10	1ª Vara do Trabalho de Igarassu	BR 101 Norte, Km 26, Igarassu
11	2ª Vara do Trabalho de Igarassu	BR 101 Norte, Km 27, Igarassu
12	1ª Vara do Trabalho de Ipojuca e DF	PE 60, Km 16/17 Alto, Ipojuca
13	2ª Vara do Trabalho de Ipojuca	Av. Francisco Alves de Souza, Centro, Ipojuca
14	3ª Vara do Trabalho de Ipojuca	Rua Hilda da Costa Monteiro, 210 - Centro
15	Unidade Piedade	Rua Arão Lins de Andrade, 182 - Piedade
16	1ª, 4ª e 5ª Vara do Trabalho de Jaboatão dos Guararapes	Estrada da Batalha, 1200/38, Prazeres, Jaboatão
17	2ª e 3ª Vara do Trabalho de Jaboatão dos Guararapes e DF	Estrada da Batalha, 1200, Prazeres, Jaboatão
18	Fórum Trabalhista de Paulista	Rua Eptácio Pessoa, 275, Paulista
19	Vara do Trabalho de São Lourenço da Mata	Rua Dr. João Severino, 30, S. Lourenço
20	Vara do Trabalho de Vitória de Santo Antão e Arquivo Geral	BR 232, Km 50,5, Vitória de Santo Antão
21	Galpão Arquivo Geral - Anexo	R. Henrique de Holanda, 89, Vitória de Santo Antão

**GRUPO B - PÓLOS 02, 03 E 04.**

ITEM	EDIFÍCIO	ENDEREÇO
01	Forum Trabalhista de Barreiros	Av. Tancredo Neves, s/n
02	Vara do Trabalho de Belo Jardim	Rua Germiniano Maciel, 140, Centro
03	Vara do Trabalho de Carpina	Av. Martinho Francisco, S/N, Cajá
04	Forum Trabalhista de Caruaru	Av. Agamenon Magalhães, 814, M. de Nassau
05	3ª Vara do Trabalho de Caruaru	Rua Visconde de Inhaúma, 2170, Nova Caruaru
06	Vara do Trabalho de Catende	Av. Paulo Guerra, 272
07	Vara do Trabalho de Garanhuns	Rua São Bento, S/N
08	Vara do Trabalho de Goiana	Av. André Vital de Negreiro, 17
09	Vara do Trabalho de Limoeiro	Rua Severino V. Aragão, 78
10	Vara do Trabalho de Nazaré da Mata	Praça Fernando Ferreira, 23 Centro
11	Vara do Trabalho de Palmares	Rua Sílvio Carlos Silva, 33, Santa Rosa
12	Vara do Trabalho de Pesqueira	Av. Ezio Araújo, 415
13	Vara do Trabalho de Ribeirão	BR 101 Sul, Km 82
14	Termo Judicial de Sertânia	Av. Agamenon Magalhães, 113 Centro
15	Termo Judicial de Surubim	Rua Oscar Loureiro, S/N Centro
16	Vara do Trabalho de Timbaúba	Av. Estudante M. P. Campos, 290 – Lot. Araruna

**GRUPO C - PÓLOS 05, 06 E 07.**

ITEM	EDIFÍCIO	ENDEREÇO
01	Vara do Trabalho de Araripina	Rua Ana Ramos Lacerda, s/n
02	Termo Judicial de Floresta	Rua Alcina T. de Araújo, S/N
03	Forum Trabalhista de Petrolina	Av. Fernando Góes, S/N
04	Vara do Trabalho de Salgueiro	BR 232, Km 519 Cohab
05	Vara do Trabalho de Serra Talhada	BR 232, Km 420, Borborema

## **ANEXO II**

### **EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO**

**1.0** – Para se habilitar ao certame, a empresa deverá apresentar documentos relativos à habilitação Jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e técnica e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### **1.1 – Relativos à Habilitação Jurídica**

**1.1.1** - Documento de constituição jurídica da empresa: Registro Comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, (consolidado e/ou acompanhado de todas as alterações posteriores), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

**1.1.2** - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova da diretoria em exercício, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em cartório de Registro de Títulos e Documentos.

#### **1.2 - Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista**

**1.2.1** - Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social (CND).

**1.2.2** - Certidão de regularidade relativa ao FGTS (CRF).

**1.2.3** - Certidão de regularidade relativa à Fazenda Federal:

**1.2.3.1** - Relativa aos Tributos Federais.

**1.2.3.2** - Relativa à Dívida Ativa.

**1.2.4** - Certidão de regularidade relativa à Fazenda Estadual.

**1.2.5** - Certidão de regularidade relativa à Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa licitante.

**1.2.6** – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440/11)

**1.2.7** - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de certidão negativa.

#### **1.3 - Relativos à Qualificação Econômico-Financeira**

**1.3.1** - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**1.3.1.1** - Os documentos devem estar registrados na Junta Comercial ou, em se tratando de sociedades civis, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em cartório de Registro de Títulos e Documentos.

**1.3.1.2** - As empresas criadas no exercício em curso devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

**1.3.1.2.1** - A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à longo prazo}}$$

**1.3.1.3** - Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (exigida somente no caso do licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1(um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente ou Solvência Geral).

**1.3.2** - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede (matriz) da empresa licitante nos últimos 90 (noventa) dias, contados da data designada no preâmbulo deste edital, ressalvada a hipótese em que conste a data de validade nesta certidão.

#### **1.4 - Relativos à Qualificação Técnica**

**1.4.1** – Comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação mediante apresentação de 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a empresa prestou satisfatoriamente serviços de instalação de no mínimo 100m<sup>2</sup> de esquadrias metálicas.

#### **1.5 – Do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal**

**1.5.1** - Declaração da empresa licitante de que não emprega mão-de-obra infantil, nos moldes do Anexo IV deste Edital, devidamente assinada pelo representante legal.

#### **2.0 – Demais disposições**

**2.1** - A empresa licitante, devidamente inscrita no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, regulamentado pela Instrução Normativa MARE nº 05, de 21/07/1995) poderá deixar de apresentar os documentos exigidos nos subitens 1.2.1 a 1.2.5 e 1.3.1 deste anexo, que serão pesquisados por meio eletrônico.

**2.2** - Se algum documento exigido para a habilitação constar no SICAF com a validade exaurida ou com índice de liquidez igual ou inferior a 01 (um), deverá a empresa enviar a(s) respectiva(s) certidão(ões) atualizada(s) e o Balanço Patrimonial, juntamente com os demais documentos de habilitação.

**2.3** - A empresa que pretender a substituição prevista no item 2.1 deste anexo deverá apresentar Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação e de ciência da obrigatoriedade de declarar a superveniência de tais fatos, sob pena de inabilitação. (Anexo II).

**2.4** - Deve ser enviado, juntamente com os documentos de habilitação, comprovação que a pessoa física que assina as declarações referidas nos itens 1.5.1 e 2.3 deste anexo, está legalmente habilitada para representar a empresa licitante.

**2.5** - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados legíveis e dentro do prazo de validade nele expresso (quando houver).

**2.5.1** – Se fotocópia, autenticada ou acompanhada do documento original; exceto para os documentos cuja autenticidade possa ser conferida por meio eletrônico.

**2.6** – Se houver problema operacional que impossibilite a verificação por meio eletrônico a autenticidade de algum documento, o Pregoeiro diligenciará ulteriormente.

**2.7** – Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

**2.7.1** - Se o licitante for uma filial, todos os documentos os documentos em nome da filial (exceto a certidão exigida no subitem 1.3.2 deste anexo).

**2.7.2** - Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**2.8** – Não serão aceitos “protocolos de entrega” em substituição aos documentos requeridos no presente edital.

**2.9** – A empresa enquadrada como Microempresa e Empresa Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar a declaração constante no Anexo VIII do edital, juntamente com os documentos que comprovem o seu enquadramento.

**2.10** – A falta de quaisquer dos documentos exigidos no edital, implicará inabilitação do licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, ressalvado o disposto no subitem 1.2.6.

## ANEXO III

### Modelo da declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação

#### DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ: \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legalmente habilitado para tal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade de nº \_\_\_\_\_ (órgão expedidor: \_\_\_\_\_) e do CPF nº \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, para fins de participação no procedimento licitatório Pregão Eletrônico TRT6 nº **Pr-e-12/12** - Proc. TRT6 nº 025/2012, que não existe fato impeditivo de sua habilitação ao certame, estando ciente da obrigação de declarar a superveniência de tais fatos.

(local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

(assinatura do representante legal) \_\_\_\_\_

**OBSERVAÇÃO:** Deve ser apresentado na habilitação documento que comprove que a pessoa física que assina a declaração acima está legalmente habilitada para representar a empresa licitante.

## ANEXO IV

### Modelo da declaração, conforme decreto nº 4.358 (de 05/09/2002)

#### DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico TRT6 nº **Pr-e-12/12** - Proc. TRT6 nº 025/2012

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ (órgão expedidor: \_\_\_\_\_) e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )**

(Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

(local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

(representante legal, assinatura) \_\_\_\_\_

**OBSERVAÇÃO:** Deve ser apresentado na habilitação documento que comprove que a pessoa física que assina as declarações acima descritas está legalmente habilitada para representar a empresa licitante.

## ANEXO V

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, localizada \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, fone/fax \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, para os serviços de confecção, com instalação, de esquadrias metálicas compreendendo grades de ferro fixa de proteção para portas e janelas, bem como Esquadrias metálicas nos imóveis deste Regional, conforme as especificações e condições estabelecidas na Licitação do Pregão Eletrônico nº **Pr-e-12/2012**, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Processo nº 025/2012).

Item	Descrição	Local de instalação	Quantidade Registrada	Preço Unitário	Preço Total
1	Gradis e portões de ferro em barra chata de ferro de 1 e 1/4" x 1/4", com espaçamento entre as barras de 12 cm. Montante de ferro de seção quadrada constituído de 2 perfis de 2" com sua borda superior tampada, instalados nos gradis a cada 2 metros, e contraventamento em perfil "L" de 1 e 1/4" por 1 e 1/4", suficiente para estabilidade do conjunto.	GRUPO A	100 m <sup>2</sup>		
		GRUPO B	100 m <sup>2</sup>		
		GRUPO C	80 m <sup>2</sup>		
2	Portões com fechaduras de sobrepor na cor preta, padrão semelhante ao da BRASIL, com fechamento do cilindro em chapa de ferro. As dobradiças serão do tipo tarugo de 3/4", sendo 03 unidades por cada folha de porta.	GRUPO A	100 m <sup>2</sup>		
		GRUPO B	100 m <sup>2</sup>		
		GRUPO C	80 m <sup>2</sup>		
3	Grades de proteção para portas e janelas em ferro de 1 e 1/4" x 1/8" em módulo de 15 x 15 cm, formando quadrados.	GRUPO A	150 m <sup>2</sup>		
		GRUPO B	150 m <sup>2</sup>		
		GRUPO C	100 m <sup>2</sup>		
4	Barras de seções circular 1/2" dispostas verticalmente a cada 12 cm intermediadas com barras chatas de ferro de 1 x 1/4"	GRUPO A	80 m <sup>2</sup>		
		GRUPO B	80 m <sup>2</sup>		
		GRUPO C	80 m <sup>2</sup>		
5	Protetores para condensadores de ar condicionado, constituídos de chapa de ferro de 1/8" com cantoneiras de 3/4" x 1/2" nas extremidades e telas galvanizadas nas laterais com arame 12 AWG e malha de 3/4".	GRUPO A	50 m <sup>2</sup>		
		GRUPO B	60 m <sup>2</sup>		
		GRUPO C	40 m <sup>2</sup>		
<b>TOTAL</b>				<b>R\$</b>	

(\*) Concordamos com todas as especificações do Edital.

- **PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**
- **PRAZO DE GARANTIA:**
- **PRAZO DE VALIDADE:**
- **DADOS BANCÁRIOS COMPLETOS:**
- **DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:**
- **ENDEREÇO E NÚMEROS DE TELEFONE E FAC-SIMILE DO ESCRITÓRIO:**

**OBSERVAÇÃO:**

- 1) A empresa licitante não deverá ser identificada até a conclusão da fase de lances.
- 2) Caso haja necessidade de inclusão de anexos no site do Banco do Brasil, por ocasião da apresentação da proposta, não poderá haver qualquer identificação da empresa licitante nos mesmos, caso contrário, ocorrerá a sua desclassificação (subitens 7.3.2 e 8.3.1.5 do edital)

Local e data:

\_\_\_\_\_  
 (nome do representante legal da empresa)  
 (nº do RG do signatário ou outro documento equivalente)  
 (nº do CPF do signatário)

**ANEXO VI**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E**  
**EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
por \_\_\_\_\_ intermédio de seu representante legal, \_\_\_\_\_ o(a) Sr(a).  
\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, (órgão expedidor: \_\_\_\_\_) e do CPF nº \_\_\_\_\_,  
DECLARA, para fins legais, ser microempresa / Empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

(local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(representante legal, assinatura)

**ANEXO VII DO EDITAL**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

**DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

**Pre-nº 12/12**  
**Processo nº 025/2012**

Declaramos, em atendimento ao previsto no subitem 1.2 do Edital, que eu,  
\_\_\_\_\_, portador(a) da RG/CI nº \_\_\_\_\_ e do CPF  
nº \_\_\_\_\_, representante da empresa \_\_\_\_\_, estabelecida  
no(a) \_\_\_\_\_, compareci ao (à) ..... do TRT6 e  
vistoriei o local onde serão executados os serviços, objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das  
condições e grau de dificuldade existentes.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do representante da empresa

Visto

\_\_\_\_\_  
Servidor lotado do CEMA

## ANEXO VIII

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.566.224/0001-90, com sede no Ca is do Apolo nº 739, no bairro do Recife, neste ato representado pelo Exmº Sr. Desembargador Presidente, **Dr. ANDRÉ GENN DE ASSUNÇÃO BARROS**, brasileiro, magistrado, inscrito no CPF/MF sob o nº. ...., residente e domiciliado na cidade de Recife/PE, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 012/12, **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa ..... , inscrita no CNPJ/MF sob o nº ..... , estabelecida à Rua ..... , neste ato representado(a) pelo(a) Sr. ...., residente à ..... , inscrito no CPF/MF sob nº ..... e Identidade nº ..... , doravante denominada **FORNECEDORA**, sujeitando-se as partes ao edital de licitação do Registro de Preços do Pregão nº 012/12, às determinações das Leis nsº 8.666/93 atualizada, 10.520/02, Decretos nº 5.450/2005, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

#### **DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para confecção de esquadrias metálicas objetivando o fornecimento e instalação de grades de ferro fixa de proteção para portas e janelas, bem como gradis e portões, incluindo todos os acessórios necessários para a instalação e funcionamento, tais como: vidro, fechadura, ferrolhos e dobradiças nos imóveis deste Regional, objetivando futura aquisição.

1.2. São partes integrantes da presente Ata, independentemente de sua transcrição, o edital do Pregão nº 012/12 e a proposta da FORNECEDORA.

#### **DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1 Os serviços serão executados de acordo com o estabelecido no item 04 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão nº 012/12).

#### **DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1. O **TRIBUNAL** pagará à **FORNECEDORA** o valor conforme descrição, quantidades e preços abaixo descritos:

LOTE ÚNICO					
Item	Descrição	Local de instalação	Quantidade Registrada	Preço Unitário	Preço Total
<b>1</b>	Gradis e portões de ferro em barra chata de ferro de 1 e 1/4" x 1/4", com espaçamento entre as barras de 12 cm. Montante de ferro de seção quadrada constituído de 2 perfis de 2" com sua borda superior tampada, instalados nos gradis a cada 2 metros, e contraventamento em perfil "L" de 1 e 1/4" por 1 e 1/4", suficiente para estabilidade do conjunto.	GRUPO A	100 m <sup>2</sup>		
		GRUPO B	100 m <sup>2</sup>		
		GRUPO C	80 m <sup>2</sup>		
<b>2</b>	Portões com fechaduras de sobrepor na cor preta, padrão semelhante ao da BRASIL, com fechamento do cilindro em chapa de ferro. As dobradiças serão do tipo tarugo de 3/4", sendo 03 unidades por cada folha de porta.	GRUPO A	100 m <sup>2</sup>		
		GRUPO B	100 m <sup>2</sup>		
		GRUPO C	80 m <sup>2</sup>		
<b>3</b>	Grades de proteção para portas e janelas em ferro de 1 e 1/4" x 1/8" em módulo de 15 x 15 cm, formando quadrados.	GRUPO A	150 m <sup>2</sup>		
		GRUPO B	150 m <sup>2</sup>		
		GRUPO C	100 m <sup>2</sup>		
<b>4</b>	Barras de seções circular 1/2" dispostas verticalmente a cada 12	GRUPO A	80 m <sup>2</sup>		
		GRUPO B	80 m <sup>2</sup>		

	cm intermediadas com barras chatas de ferro de 1 x 1/4"	GRUPO C	80 m <sup>2</sup>		
5	Protetores para condensadores de ar condicionado, constituídos de chapa de ferro de 1/8" com cantoneiras de 3/4" x 1/2" nas extremidades e telas galvanizadas nas laterais com arame 12 AWG e malha de 3/4".	GRUPO A	50 m <sup>2</sup>		
		GRUPO B	60 m <sup>2</sup>		
		GRUPO C	40 m <sup>2</sup>		
<b>TOTAL</b> .....					<b>R\$</b>

2.2. O pagamento será efetuado conforme o disposto no item 18.0 (DO PAGAMENTO) do Edital do Pregão nº 012/12.

2.3. Estão incluídos no preço unitário todos os tributos, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transporte, as quais correrão por conta da **FORNECEDORA**.

#### **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1. As despesas oriundas deste Registro de Preços correrão à conta da Classificação da Despesa 3390.30.24 – Material para manutenção de bens imóveis do Programa de Trabalho nº 02061057142560001 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, do orçamento do **TRIBUNAL**.

#### **DA VIGÊNCIA**

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA**

5.1. A **FORNECEDORA** compromete-se a cumprir com todas as obrigações previstas no item 07 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão nº 012/12), em consonância com a proposta apresentada.

5.2. Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Pregão nº 012/12.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**

6.1. O **TRIBUNAL** compromete-se a cumprir com todas as obrigações previstas no item 06 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão nº 012/12) e ainda:

6.1.1. registrar os defeitos, falhas e/ou imperfeições, detectadas e imediatamente comunicar à contratada;

6.1.2. conduzir eventuais procedimentos administrativos de negociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades por descumprimento ao pactuado neste termo;

6.1.3. consultar a **FORNECEDORA** quanto ao interesse no fornecimento do objeto registrado nesta Ata a outros órgão(s) da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata de Registro de Preços;

6.2. Será gestor da futura contratação o Coordenador de Engenharia de Manutenção – CEMA - do Contratante e, nas suas ausências legais e regulamentares, o seu substituto legal, cabendo-lhe as atribuições e responsabilidades do art. 67 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

#### **DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. A **FORNECEDORA** poderá ter seu registro cancelado:

7.1.1. Por iniciativa da Administração, quando:

7.1.1.1. não cumprir as exigências do edital de licitação do Pregão nº 012/12 e as condições da presente Ata de Registro de Preços;

7.1.2.1. recusar-se a assinar o contrato, quando for o caso, no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

7.1.3.1. der causa à rescisão administrativa decorrente desta Ata de Registro de Preços;

7.1.4.1. não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

7.1.5.1. não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação, face as razões de interesse público, devidamente justificados;

7.1.2 Por iniciativa da própria **FORNECEDORA**, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, em função de fato superveniente, aceito pela Administração, que comprovadamente venha a comprometer a execução desta Ata.

7.2 O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado nos autos do processo nº 025/12, com decisão fundamentada da Presidência deste Tribunal.

#### **DAS PENALIDADES**

8.1. Na hipótese de se verificar atraso no fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços ou na sua substituição, quando o fornecimento ocorrer fora das especificações e/ou condições predeterminadas, ficará a **FORNECEDORA** sujeita, garantida a prévia e ampla defesa em regular processo administrativo, às penalidades constantes no item 21.0 (DAS PENALIDADES) do Edital de Pregão nº 012/12.

8.2. Poderão ser aplicadas, ainda, as demais cominações previstas nos Decretos nº 5.450/2005, 3.931/2001 e 4.342/2002 e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93.

#### **DO FORO**

9.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal no Recife, Seção Judiciária de Pernambuco, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente Ata de Registro de Preços, que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado tem, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

#### **DOS ANEXOS**

10.1. São partes integrantes desta Ata, independentemente de sua transcrição, o edital do Pregão nº 012/12 e a proposta da **FORNECEDORA**.

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1. A existência da presente Ata de Registro de Preços não obriga este Tribunal a firmar futuras solicitações.

E, por estarem justos e acordados, foi a presente Ata de Registro de Preços confeccionada em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vai subscrito pelo **TRIBUNAL** e pela **FORNECEDORA**, para que este documento produza todos os efeitos legais e jurídicos.

Recife(PE), de de 2012.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**

**EMPRESA FORNECEDORA**

## ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO – DOS LOCAIS DOS PÓLOS:

### LOCAIS DE INSTALAÇÃO:

#### GRUPO A - PÓLOS RECIFE E 01

ITEM	EDIFÍCIO	ENDEREÇO
01	Edifício Sede e Anexos	Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife
02	Galpão de Material	Rua do Brum, 617 Bairro do Recife
03	Galpão Setor de Transporte	Rua do Brum, 107 Bairro do Recife
04	Unidade Biblioteca/EJ VI	Av. Beberibe, 301, Encruzilhada
05	Unidade Afogados	Rua Motocolombó, 310, Afogados
06	Memorial da Justiça do Trabalho	Av. Engº Domingos Ferreira, 3510, Boa Viagem
07	Edifício Sudene – subsolo (arquivo de processo, expedição de processos, depósito da manutenção), térreo (Depósito Judicial - anexo ao restaurante) 1º andar (Serviço de Distribuição dos Feitos de Recife), 6º andar (20ª, 21ª, 22ª e 23ª Varas, Salas de Advogados, da Astra e da Unimed), 7º andar (16ª, 17ª, 18ª e 19ª Varas, Serviço de Saúde), 8º andar (13ª, 14ª, 15ª Varas, Serviço de Distribuição de Mandados Judiciais), 9º andar (9ª, 10ª, 11ª, 12ª Varas, Informática) 10º andar (5ª, 6ª, 7ª e 8ª Varas, Salas da Segurança, da Manutenção e da CEF), 11º andar (1ª 2ª, 3ª e 4ª Varas, Salas da Coordenação do Fórum e dos Juizes), assim como circulações, depósito, copa, WC's e espera dos referidos andares	Praça Ministro Gonçalves de Souza S/N – Engenho do Meio, - Edifício Sudene.
08	Fórum Trabalhista do Cabo de Santo Agostinho	Av. Presidente Getúlio Vargas, 576, Centro, Cabo
09	Vara do Trabalho de Escada	Rua Pedro Batista, S/N, Escada
10	1ª Vara do Trabalho de Igarassu	BR 101 Norte, Km 26, Igarassu
11	2ª Vara do Trabalho de Igarassu	BR 101 Norte, Km 27, Igarassu
12	1ª Vara do Trabalho de Ipojuca e DF	PE 60, Km 16/17 Alto, Ipojuca
13	2ª Vara do Trabalho de Ipojuca	Av. Francisco Alves de Souza, Centro, Ipojuca
14	3ª Vara do Trabalho de Ipojuca	Rua Hilda da Costa Monteiro, 210 - Centro
15	Unidade Piedade	Rua Arão Lins de Andrade, 182 - Piedade
16	1ª, 4ª e 5ª Vara do Trabalho de Jaboatão dos Guararapes	Estrada da Batalha, 1200/38, Prazeres, Jaboatão
17	2ª e 3ª Vara do Trabalho de Jaboatão dos Guararapes e DF	Estrada da Batalha, 1200, Prazeres, Jaboatão
18	Fórum Trabalhista de Paulista	Rua Epitácio Pessoa, 275, Paulista
19	Vara do Trabalho de São Lourenço da Mata	Rua Dr. João Severino, 30, S. Lourenço
20	Vara do Trabalho de Vitória de Santo Antão e Arquivo Geral	BR 232, Km 50,5, Vitória de Santo Antão
21	Galpão Arquivo Geral - Anexo	R. Henrique de Holanda, 89, Vitória de Santo Antão

#### GRUPO B - PÓLOS 02, 03 E 04.

ITEM	EDIFÍCIO	ENDEREÇO
01	Forum Trabalhista de Barreiros	Av. Tancredo Neves, s/n
02	Vara do Trabalho de Belo Jardim	Rua Germiniano Maciel, 140, Centro
03	Vara do Trabalho de Carpina	Av. Martinho Francisco, S/N, Cajá
04	Forum Trabalhista de Caruaru	Av. Agamenon Magalhães, 814, M. de Nassau
05	3ª Vara do Trabalho de Caruaru	Rua Visconde de Inhaúma, 2170, Nova Caruaru
06	Vara do Trabalho de Catende	Av. Paulo Guerra, 272
07	Vara do Trabalho de Garanhuns	Rua São Bento, S/N
08	Vara do Trabalho de Goiana	Av. André Vital de Negreiro, 17
09	Vara do Trabalho de Limoeiro	Rua Severino V. Aragão, 78
10	Vara do Trabalho de Nazaré da Mata	Praça Fernando Ferreira, 23 Centro
11	Vara do Trabalho de Palmares	Rua Sílvio Carlos Silva, 33, Santa Rosa
12	Vara do Trabalho de Pesqueira	Av. Ezio Araújo, 415
13	Vara do Trabalho de Ribeirão	BR 101 Sul, Km 82
14	Termo Judicial de Sertânia	Av. Agamenon Magalhães, 113

		Centro
15	Termo Judicial de Surubim	Rua Oscar Loureiro, S/N Centro
16	Vara do Trabalho de Timbaúba	Av. Estudante M. P. Campos, 290 – Lot. Araruna

**GRUPO C - PÓLOS 05, 06 E 07.**

ITEM	EDIFÍCIO	ENDEREÇO
01	Vara do Trabalho de Araripina	Rua Ana Ramos Lacerda, s/n
02	Termo Judicial de Floresta	Rua Alcina T. de Araújo, S/N
03	Forum Trabalhista de Petrolina	Av. Fernando Góes, S/N
04	Vara do Trabalho de Salgueiro	BR 232, Km 519 Cohab
05	Vara do Trabalho de Serra Talhada	BR 232, Km 420, Borborema

Recife, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

ANDRÉ GENN DE ASSUNÇÃO BARROS  
DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRT 6ª REGIÃO

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL  
NOME DA EMPRESA VENCEDORA